



O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ARQUIVO ELETRÔNICO DE UMA PESQUISA: FORMULAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E CIRCULAÇÃO¹

Maristela Cury Sarian²

INTRODUÇÃO

Uma das questões centrais para a elaboração de uma pesquisa é o estabelecimento de um objeto, a ser interpretado à luz de uma determinada teoria, por meio da qual se mobiliza um dispositivo teórico e analítico. Em se tratando dos trabalhos filiados à Análise de Discurso de Pêcheux e Orlandi, aprendemos que a questão do dispositivo de análise, o dispositivo da interpretação, se impõe ao analista por meio do material que se pretende compreender, inscrito na materialidade simbólica, no batimento descrição-interpretação, entre idas e voltas à teoria, ao corpus e à própria análise, resultando em uma produção singular, efeito do gesto do analista (ORLANDI, 2007).

Para a autora, esse movimento interpretativo da análise discursiva, por meio do qual o analista busca compreender o processo de produção de sentidos de um objeto em determinadas condições de produção, tem seu início no estabelecimento do corpus, conjugado à natureza desse material, ao ponto de vista que o organiza e ao recorte que determina seu modo de análise, por meio de uma mediação teórica. É a partir da constituição do corpus que se busca, na AD, “converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico de um discurso concreto, em um objeto teórico, um objeto linguisticamente de-superficializado” (Ibidem, p.66).

Com essa compreensão, colocaremos em evidência o processo de constituição do corpus de nossa tese de doutorado, em especial, a seus modos de formulação, constituição e circulação (ORLANDI, 2008), relativos ao *Programa Um Computador por Aluno* (PROUCA), do governo federal.

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE UM ARQUIVO

Estávamos no ano de 2008, no Programa de Pós-graduação em Linguística do IEL/UNICAMP, sob a orientação da professora Claudia Pfeiffer, e nosso objetivo era trabalhar com a questão das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na relação com o ensino de língua portuguesa, propondo a Análise alinhavar do Discurso à Educação.

Tivemos notícias do então Projeto Um Computador por Aluno (UCA) e nele encontramos uma possibilidade de dar consequência a essa proposição, de modo a compreender discursivamente suas redes de filiações e seus trajetos de sentidos, a partir de uma discursividade institucional do Estado que o significou como uma política pública de inclusão digital, com vistas à melhoria do ensino-aprendizagem e ao adensamento (e aqui acrescentamos do sujeito aluno e das empresas) à cadeia

¹ Uma versão ampliada deste texto foi publicada na revista *Resgate*, Revista Interdisciplinar de Cultura, v.24, n.1, jan./jun.2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/resgate.v24i1.8647095>

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: maristelasarian@unemat.br



produtiva, por meio da entrada de laptops com acesso à internet nas escolas de ensino fundamental, para serem utilizados na sala de aula.

Para tal, fazia-se necessário arregimentar o corpus de análise para darmos início à pesquisa, a partir do qual poderíamos delinear as perguntas que conduziriam à entrada no material e proceder ao recorte sempre necessário (LAGAZZI, 2009).

O conjunto de materiais com os quais trabalhamos foi sendo constituído em momentos distintos da pesquisa, de forma diversa e dispersa, bem como apresentou modos de circulação particulares, tendo o formato digital como ponto comum. Para construir nosso arquivo, iniciamos pelas buscas na internet, com o uso da ferramenta *Google*, gesto que indica que a rede, ao produzir “artefatos para a produção do conhecimento”, amplia as formas de acesso do sujeito ao saber e inaugura uma nova relação do sujeito com a pesquisa, com a mudança na divisão do espaço institucional (DIAS, 2012, p. 98).

Ensina-nos Gallo (2011, p. 263) que, se por um lado, o mecanismo de busca *Google* “já recorta o arquivo (no sentido pêcheuxtiano do termo) de certo modo, levando o leitor a determinados espaços discursivos e não outros”, em virtude de um mecanismo de filtragem dos resultados denominado “filtro-bolha”, no qual, segundo Dias (2011, p.40), “não é o sujeito que decide o que entra no filtro-bolha, e mais, ele não vê o que fica de fora”, por outro lado, para Gallo (2012, p.61), “precisa haver uma memória discursiva para que a memória metálica exista”³. Em outras palavras, ainda de acordo com Gallo, “na medida em que nós publicamos coisas na internet, essas mesmas coisas serão devolvidas pelo buscador” (Ibidem, p. 61, grifos nossos). Esse “nós” que publicava na rede, no que se refere a este Projeto, era o Ministério da Educação (MEC).

Aquela época, a divulgação do UCA na mídia eletrônica se dava de forma incipiente e então recém-lançado Projeto Piloto UCA (2007) mostrava-se “guardado a sete chaves” pelo Estado: além do *Google*, todos os buscadores mobilizados nos levavam sempre ao blog “Pilotos do Projeto”, onde encontrávamos informações esparsas que se repetiam a cada atualização. Na página do MEC, nenhuma menção.

Dessas buscas, os materiais iniciais aos quais tivemos acesso, entre 2008 e 2009, foram: blogs de notícias dos participantes do Projeto Piloto UCA; slides de apresentações do Programa produzidas pelo MEC e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) e algumas Portarias designando as comissões responsáveis pela elaboração e pelo acompanhamento das fases desse projeto. Eram, à época, os arquivos dados a conhecer. Eram as “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, 2008, p. 34) e a circular nas redes institucionais. Sentidos possíveis, administrados, dispersos, controlados

³ Tomamos a noção de memória metálica tal como proposto por Orlandi (2010a, p.9): “Não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação - produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura. E o mito, justamente, desta forma de memória é o ‘quanto mais, melhor’”.



pelo Estado: lembra-nos Dias (2011, p.36) que “os governados só conhecem aquilo que pelo próprio governo lhes é dado a conhecer”, o que compreendemos, com a autora, como um efeito dos deslocamentos dos dispositivos de poder e suas formas de controle do sujeito e do sentido na nova reorganização do espaço, no mundo virtual (DIAS, 2012). Sentidos que não são qualquer um.

Embora esses materiais nos fornecessem pistas importantes sobre o modo de funcionamento do Projeto, compreendíamos que era necessário ampliarmos nosso corpus, não no sentido de darmos conta de um “todo” imaginário que supostamente tangenciaria a completude, um efeito impossível, mas de darmos conta de descrever e, por conseguinte, interpretar esse objeto simbólico de forma que julgávamos satisfatória para o que havíamos proposto no projeto de tese. Assim, continuávamos, em pesquisas sucessivas na Internet, a procurar por mais materiais que poderiam constituir o nosso corpus.

Dessas buscas, encontramos endereços de e-mails de pessoas ligadas ao MEC e à SEED, bem como a membros da comissão responsável para propor o uso educacional do laptop. Foram vários envios de mensagens via e-mail, sem resposta, e diversas ligações telefônicas, sem retorno. No entanto, por meio da mediação de pessoas com trânsito no MEC, um dos então coordenadores do projeto nos ouviu e nos enviou, via e-mail, dois documentos *não disponíveis na internet*: os *Princípios orientadores para o uso pedagógico do laptop na educação escolar* (2007), produzidos pelo MEC/SEED, e o *Caderno um computador por aluno: a experiência brasileira* (2008), produzido pelo Conselho dos Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados. Foi assim que melhor compreendemos o funcionamento das noções de relação de força, da não transparência dos processos de formulação, constituição e circulação dos sentidos, bem como do processo contraditório em funcionamento na rede, desestabilizando o sentido dominante de internet imaginariamente construído em nossa sociedade. Conforme afirma Mittmann (2008, p.125), “o ciberespaço é lugar de ilusão do Todo, já que diferentes posições ali se encontram manifestas”. Como efeito, produz-se a evidência de que *tudo* pode se ver e se mostrar, processo por meio do qual se apaga o caráter material da circulação dos sentidos, o que compreendemos como efeito do “*ça circule*” (PÊCHEUX, 1981, p. 18), que, na transparência da circulação do dizer, não se pergunta quem diz, como diz, nem como o dito circula.

Reverendo esse percurso, suspendendo-me momentaneamente para a elaboração deste texto, recordo-me das palavras de Orlandi (2010b, p. 20), quando diz: “uma produção não resulta tão diretamente da teoria e do método quando se trata de análise de discurso. Resulta também da resistência dos materiais que analisamos, da capacidade que eles têm de nos desafiar em nossa compreensão”...

Como efeito do processo de resistência e das injunções em funcionamento na (de)limitação do corpus, compreendíamos que havia chegado o momento de enfrentar o material, de fazer-lhe as perguntas, de recortá-lo, de nos expor, para a construção de uma nossa produção. Íamos nos debruçar sobre esses documentos, pois considerávamos que já dispúnhamos de um arquivo pertinente sobre nossa questão, compreendido “no sentido amplo de ‘campo de documentos



pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010, p. 51), produzido no âmbito do jurídico, do administrativo, da instância institucional. Mas em fevereiro de 2011, na página do CNPq, localizamos um edital que nos levou a encontrar o endereço do portal oficial do UCA na internet. Esse site, disponível até então no endereço <http://www.uca.gov.br>, nos dava a conhecer elementos outros sobre o então Programa, já institucionalizado, denominado PROUCA, redimensionando a pesquisa e nos levando a outras questões. Colocar em evidência essas condições de produção nas quais esse corpus de pesquisa foi desenhado apontam para a impossibilidade de compreendê-lo como um objeto empírico.

A partir do acesso a esse Portal, víamos, nos arquivos disponíveis, uma possibilidade de estabelecermos relações entre os materiais de que já dispúnhamos e aqueles então publicizados na rede, como também de construir uma relação entre os materiais de cunho mais documental e as experiências de língua portuguesa divulgadas como realizadas durante a Fase I do Programa, em 2007. Em outras palavras, foi possível estabelecer uma relação entre a discursividade institucional do Programa em circulação nos documentos e o modo de constituição das práticas de ensino de língua portuguesa, a fim de se dar visibilidade ao processo de apropriação da língua e das tecnologias pelos sujeitos da escolarização.

Compreendemos a publicização do Programa, sobretudo por se tratar de um programa de um governo, como parte de um processo mais amplo do que se tem praticado nas sociedades ditas democráticas, em que se dá visibilidade às ações governamentais em páginas institucionais na internet, nos fazendo pensar em iniciativas como as do *e-governo*. Segundo Dias (2011, p. 57), o *e-gov* “diz respeito à administração gerencial das cidades, [que] vai se organizar numa forma de governo transparente e clicável, uma vez que oferece ao cidadão acesso a procedimentos administrativos do governo através dos portais de serviços e informações do governo federal”, num processo de silenciamento da materialidade da língua de Estado, que Pêcheux (1990) denomina *língua de madeira*.

Considerando a natureza eletrônica da circulação desse arquivo, fomos levadas a compreender o funcionamento dos arquivos digitais, a fim de pensarmos sobre o modo de constituição dessas discursividades que circularam por meio da rede, em seu caráter material.

Em Gallo (2004), encontramos uma (re)significação da noção de arquivo proposta por Pêcheux (2010) para a concepção de *arquivo encontrado na internet*, filiada a uma “prática discursiva, instaurada pela Internet, [que] funda uma memória ‘nova’, um novo ‘arquivo’ a ser consultado, essencialmente diferente daquele disponível nas bibliotecas tradicionais” (GALLO, 2004, p. 48). Para a autora, o *arquivo digital* seria o “campo de documentos pertinentes e disponíveis, *na Internet*, sobre uma questão” (Idem, grifos nossos), colocando, de saída, uma distinção entre os modos de formulação, constituição e circulação dos arquivos manuscritos, impressos e eletrônicos, trazidos pelas próprias condições de produção das novas tecnologias da informação e da comunicação, que permitiram a instalação de uma nova temporalidade, constituída pela existência virtual das coisas do mundo (DIAS, 2012), ao mesmo tempo em que essa noção reitera o que está



em funcionamento na constituição de todo e qualquer material, seja na circulação no modo impresso, seja no modo eletrônico: sua historicidade constitutiva.

Ainda de acordo com Dias (2005, p. 45), os arquivos provenientes do eletrônico são significados como

arquivos que podem ser alimentados diariamente e que se caracterizam pela fluidez, pela possibilidade de sempre ser outro. São arquivos que se constituem de modo aberto, passíveis de desconstrução, e cuja natureza define-se pela própria estrutura fluida e não-linear da Internet, pela estrutura em teia.

No entanto, justamente pelo fato de a Internet, hoje, fazer parte da vida de muitos brasileiros é que o sentido de arquivo eletrônico se naturaliza, silenciando a dimensão técnico-histórica que lhe é estruturante, efeito das novas condições materiais de produção, que instituem as particularidades de sua formulação, a velocidade com que circulam e a dinamicidade em que são produzidos no ciberespaço, compreendido como um “espaço discursivo” (DIAS, 2012).

Observamos que alguns materiais mobilizados em nosso trabalho, como algumas Portarias, a Lei de criação e o Decreto de regulamentação do Programa, foram publicados em suportes de circulação institucionais, como as páginas eletrônicas do Diário Oficial da União e da Câmara dos Deputados. É desse modo que compreendemos que a Internet não produz, por sua existência empírica, acontecimentos discursivos: de acordo com Gallo (2011, p.267), “ela só pode ser assim considerada quando, além de uma nova textualidade, há também uma discursividade nova”.

No caso desses materiais, a rede produziu acontecimentos enunciativos, “a partir de enunciados originados fora dela e para ela transportados” (Ibidem, p. 259), produzindo, como efeito, segundo a autora, “a permanência da memória institucional” (Ibidem, p. 269). Ao mesmo tempo, observamos, cerca de um ou dois anos após a conclusão da pesquisa, findada em 2012, que a página do PROUCA foi extinta, bem como outros materiais não foram mais localizados na rede. Um funcionamento contraditório constitutivo dos modos de formulação, constituição e circulação do arquivo eletrônico na internet, que, num jogo entre o visível/localizável e o invisível/não mais disponível, encontra a ancoragem para sua condição (provisória) de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para produzir o efeito de fecho deste texto, gostaria de dizer que, ao realizar esta pesquisa, foi possível dar visibilidade a um processo contraditório de disputa dos sentidos:

Se, por um lado, se colocou em evidência uma abertura na minha forma de construir conhecimento, estabelecendo outra relação na minha compreensão de se fazer ciência, por outro lado, esse gesto colocou em funcionamento o processo administrado e tensionado da circulação do sentido, na tensão estabelecida na leitura (polêmica) de arquivos digitais, produzindo seus efeitos no modo de se produzir conhecimento neste trabalho.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Um computador por aluno: a experiência brasileira*. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2008. (Série Avaliação de Políticas Públicas; n.1).
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Princípios orientadores para o uso pedagógico do laptop na educação escolar*. MEC/SEED: 2007.
- DIAS, C. P. *Sujeito, sociedade, tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- _____. *Cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo*. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2011. (Série Escritos, n. 10).
- _____. Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à sede de sentidos. In: GUIMARÃES, E.; PAULA, M.R. de (Orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005. p. 41-56.
- GALLO, S. L. Novas fronteiras para a autoria. *Organon*, v. 27, n. 53, p. 53-64, jul./dez. 2012.
- _____. A internet como acontecimento. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 255-269.
- _____. Plágio na internet. In: MORELLO, R. (Org.). *Giros na cidade: materialidade do espaço*. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2004. p. 47-55.
- LAGAZZI, S. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009. p.67-78.
- MITTMANN, S. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: ROMÃO, L. de S.; GASPAR, N. (Org.). *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro e João, 2008. p.113-130.
- ORLANDI, E. P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. *Rua* [online], n.16, v.2, p.5-17, 2010a.
- _____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: _____. (Org.). *A produção do consenso nas políticas públicas urbanas*. Campinas: RG Editora, 2010b. p.11-42.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 49-59.
- _____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Pontes: Campinas, 2008.
- _____. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.
- _____. Ouverture du colloque. In: CONEIN, B.; COURTINE, J. J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lilles, 1981. p.15-18.